

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

RECIBO DE RETIRADA DO EDITAL DE CONCORRÊNCIA PELA
INTERNET

OBJETO: Registro de Preços para eventual prestação de serviços de reforma nos próprios municipais ou de responsabilidade do município com a adequação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme especificações contidas nos anexos que integram este edital.

DADOS DO INTERESSADO:

Nome.....

RG.....cargo/função.....

Empresa.....

Endereço.....

Bairro.....Cidade..... Estado.....

C.N.P.J.....CEP.....

Fone.....fax.....obs.....

O adquirente, acima qualificado, que subscreve o presente, declara, por este e na melhor forma de direito, que CONFERIU E RETIROU, toda a documentação referente a **Concorrência Pública nº 004/19**, atestando que foram fornecidas todas as informações necessárias e suficientes para elaboração da proposta comercial, bem como dos documentos necessários parahabilitação.

Assinatura adquirente

Ribeirão Pires,de2019.

Senhor Licitante,

Visando à comunicação futura entre esta Prefeitura e sua empresa, solicitamos a Vossa Senhoria preencher o recibo de retirada do Edital e remetê-lo ao Departamento de Licitações, pelo e-mail licitacao.sag@ribeiraopires.sp.gov.br

A não remessa do recibo exime a Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires da responsabilidade da comunicação, por meio de fax ou e-mail, de eventuais esclarecimentos e retificações ocorridas no instrumento convocatório, bem como de quaisquer informações adicionais, não cabendo posteriormente qualquer reclamação.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

LICITAÇÃO N.º: 004/19

PROCESSO N.º: 5270/19

REPARTIÇÃO INTERESSADA: SECRETARIA DE OBRAS

MODALIDADE: CONCORRÊNCIA PÚBLICA

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

REGIME DE EXECUÇÃO: Empreitada por preços unitários

OBJETO: Registro de Preços para eventual prestação de serviços de reforma nos próprios municipais ou de responsabilidade do município com a adequação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme especificações contidas nos anexos que integram este edital.

FUNDAMENTO: Lei Federal n.º 8.666/93, atualizada, e demais diplomas legais aplicáveis.

ENCERRAMENTO: 30/10/2019 às 09:30 horas
--

ABERTURA: 30/10/2019 às 10:00 horas
--

LOCAL: Sala de Reuniões da COPEL nas dependências da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires – SP, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal – Centro.

O Presidente da Comissão Permanente de Licitações - COPEL, tendo em vista autorização da autoridade competente, contida no processo em tela, torna público para ciência de todos os interessados, que se encontra aberta nesta Prefeitura a **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/19**, do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, para **Registro de Preços para eventual prestação de serviços de reforma nos próprios municipais ou de responsabilidade do município com a adequação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.**

A presente licitação será encerrada no dia 30/10/2019 às 09:30 horas, quando às 10:00 horas serão abertos e rubricados os envelopes na sala de reuniões da Secretaria de Administração, em sessão pública, em conformidade com as condições e exigências estabelecidas neste edital e seus anexos.

Não serão recebidos os envelopes que forem entregues após o horário de encerramento previsto no preâmbulo deste edital.

A prestação de serviços objeto desta Concorrência Pública será coberta com recurso devidamente caracterizado na previsão orçamentária, para o exercício de 2019 e exercício vindouro, previsto em dotação sob as rubricas:

GABINETE

3.3.90.39.00.04.122.0005.2.010

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.39.00.04.122.0009.2.109; 3.3.90.39.00.04.122.0013.2.124

3.3.90.39.00.04.122.0012.2.120; 4.4.90.51.00.04.122.0009.1.108

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

SECRETARIA DE FINANÇAS

3.3.90.39.00.04.122.0016.2.178

SECRETARIA DE OBRAS

3.3.90. 39.00. 04 122.0022.2.218

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.39.00.15.452.0019.2.197

SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE

3.3.90.39.00.10.302.0053.2.283; 3.3.90.39.00.10 302.0053.2.294;
3.3.90.39.00.10.301.0053.2.283; 3.3.90.39.00.10.305.0056.2.363;

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

3.3.90. 39.00. 08 122.0058.2.240 e 3.3.90. 39.00. 08.244.0068.2.265;
4.4.90.51.00.08.122.0058.1.241

SECRETARIA DE ESPORTES

3.3.90.39.00.27.122.0070.2.071; 3.3.90.39.00.27.811.0073.2.082
3.3.90.39.00.27.811.0073.2.085; 3.3.90.39.00.13.392.0045.2.023
3.3.90.39.00.13.392.0045.2.026; 4.4.90.51.00.15.695.0033.1.176

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE OURO FINO

3.3.90.39.00.15.122.0018.2.183 e 3.3.90.39.00.15.452.0019.2.198;
4.4.90.51.00.15.451.0026.1.216

SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

3.3.90.39.00.15.451.0020.2.183

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.4.90.51.00 12.361.0049.1.0059 e 4.4.90.51.00 12.365.0048.2.0048

I - OBJETO

1.1. A presente licitação destina-se ao **Registro de Preços para eventual prestação de serviços de reforma nos próprios municipais ou de responsabilidade do município com a adequação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.**

1.2. Os serviços deverão obedecer rigorosamente especificações técnicas, descrições, unidades e quantidades constantes da planilha de orçamento e demais requisitos previstos neste Edital e seus Anexos, independentemente de transcrição, e ainda, as normas de segurança e qualidade da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

1.3. O COMPROMISSÁRIO será responsável, por qualquer erro ou serviços executados em desacordo com o exigido no Edital e seus Anexos, correndo por sua conta a recuperação e recomposição dos mesmos, e consequentemente pagamento dos danos e prejuízos, que por si ou seus prepostos, vier a causar à PREFEITURA e a terceiros, e pelo pagamento de indenizações, honorários de advogados, custas judiciais e outras despesas a que a PREFEITURA ficar sujeita em consequência de ações movidas por ela ou terceiros prejudicados, até sentença final e sua execução.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

1.4. O COMPROMISSÁRIO será a única responsável por quaisquer acidentes de que possam ser vítimas seus empregados ou prepostos, no desempenho das tarefas relativas ao presente Edital e seus Anexos, na área ocupada pelos serviços e respectivas instalações ou em suas imediações, responsabilizando-se ainda, pelo cumprimento de todos os encargos sociais, trabalhistas e providenciárias a eles referentes.

1.6. O prazo de conclusão dos serviços será contado a partir da emissão da Ordem de Serviço pela Secretaria de Obras.

1.7. Caberá a Secretaria de Obras juntamente com o responsável técnico da empresa, elaborar a planilha de orçamento estimativo, determinando o prazo de execução dos serviços, de acordo com a Ata de Registro de Preços.

1.8. Fazem parte integrante deste edital:

ANEXO IA – Modelo de Proposta, contendo especificação do objeto;

ANEXO IB – Modelo de Planilha de Preços Unitários que deverá ser apresentada pela proponente;

ANEXO II – Planilha Orçamentária;

ANEXO III – Memorial Descritivo;

ANEXO IV – Composição da Taxa de BDI;

ANEXO V – Modelo de Declaração de Microempresa e/ou Empresa de Pequeno Porte;

ANEXO VI – Modelo de Declaração da licitante de que não possui em seu quadro de pessoal empregado com menos de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, nos termos do inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666/93 e, que se obriga a manter durante toda a Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação deste certame;

ANEXO VII – Modelo de Atestado de Visita Técnica;

ANEXO VIII – Modelo de Declaração da licitante que tem conhecimento dos locais onde serão executados os serviços, de suas peculiaridades e de todos os demais elementos fornecidos pela Prefeitura não existindo nenhuma dúvida sobre o trabalho a ser executado;

ANEXO IX – Relação de Próprios Públicos;

ANEXO X – Minuta da Ata de Registro de Preços;

ANEXO XI – Termo de Ciência e de Notificação;

ANEXO XII – Modelo de Declaração de cumprimento ao Decreto n.º 6068/09;

ANEXO XIII – Cópia do Decreto 6068/09.

II - PRAZOS DE EXECUÇÃO

2.1. A Ata de Registro de Preços a ser firmada entre esta Municipalidade e o vencedor do certame terá validade de 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

2.2. Os serviços deverão ser realizados em qualquer região do município mediante solicitação expressa da Secretaria de Obras.

2.3. Os serviços poderão ser realizados para outros órgãos da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires mediante autorização expressa da Detentora da Ata de Registro de Preços, observadas as disposições legais aplicáveis à matéria, quando for o caso.

2.4. O orçamento base total e referencial para a execução do presente objeto é de **R\$ 7.779.583,42** (sete milhões, setecentos e setenta e nove mil, quinhentos e oitenta e três reais e quarenta e dois centavos).

III - CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1. Poderão participar do presente certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da licitação, que preencherem todas as condições de habilitação, exigências, especificações e normas constantes neste Edital e em seus Anexos.

3.2. As microempresas ou empresas de pequeno porte deverão apresentar declaração de comprovação de enquadramento em um dos regimes (**ANEXO V**), para que possa ter o benefício do tratamento diferenciado e favorecido na presente licitação, na forma do disposto na Lei Complementar n.º 123/06 e suas posteriores alterações.

3.3. As empresas estrangeiras estabelecidas no Brasil que desejarem participar do processo licitatório deverão atender a todas as exigências do Edital, mediante documentos equivalentes, observando o disposto no item IV deste edital, provando, ainda, que detêm autorização do Governo Federal para instalação e funcionamento no Brasil, além de observar os termos da Resolução n.º 444/2000 do CONFEA e do Código Civil Brasileiro.

3.4. Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que satisfaçam plenamente todas as cláusulas deste edital, seus anexos e a legislação em vigor.

3.5. Estão impedidas de participar desta licitação as pessoas jurídicas:

- a) que estiverem na data fixada para apresentação dos envelopes, cumprindo penalidade de suspensão temporária para licitar ou contratar com a administração direta e indireta da Prefeitura Municipal de Ribeirão Pires;
- b) empresas declaradas inidôneas para licitar junto a qualquer órgão ou entidade da Administração direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação;
- c) empresas que tenham sócios em comum;
- d) reunidas em consórcio.

3.6. A licitante, através de profissional devidamente credenciado, **deverá visitar no mínimo 3 (três) dos locais indicados para prestação de serviços**, à sua escolha, para avaliar suas condições operacionais, locais, ambientais e demais informações pertinentes ao objeto desta licitação, a partir do primeiro dia útil posterior à publicação do edital até um dia anterior a data da presente licitação. A visita é opcional e deverá ser agendada de forma individual, através do telefone (11)4828-9125, na Secretaria de Obras, ao qual, será fornecido "Atestado de Visita", conforme Anexo VII, que comporá o envelope "DOCUMENTAÇÃO". **Caso o licitante não se interesse na realização da visita técnica deverá apresentar declaração expressa nesse sentido, responsabilizando-se pela correta formação de seus preços não podendo alegar desconhecimento das condições dos locais da prestação dos serviços para recusar-se a execução dos trabalhos e/ou manter o preço proposto, conforme modelo sugerido no Anexo VIII.**

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

3.7. As Licitantes / Proponentes deverão apresentar seus documentos e suas propostas em 02 (dois) envelopes fechados e invioláveis, com os seguintes dizeres:

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/19
ENVELOPE 01 – “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”
DATA DE ABERTURA 30/10/2019
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PARTICIPANTE

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES
CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/19
ENVELOPE 02 – “PROPOSTA COMERCIAL”
DATA DE ABERTURA 30/10/2019
RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA PARTICIPANTE

IV – ENVELOPE 01- “DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO”

Os documentos necessários para habilitação dos interessados deverão ser apresentados em envelopes fechados, consignando em caracteres legíveis, que serão apresentados rubricados e numerados sequencialmente, são os seguintes:

4.1. HABILITAÇÃO JURÍDICA

4.1.1. Registro comercial, no caso de empresa individual; ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

4.1.2. Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova da diretoria em exercício;

4.1.3. Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

4.1.4. Declaração de Enquadramento ou Certidão Simplificada, ambas expedidas pela respectiva Junta Comercial, com data da expedição do exercício atual (nos termos do Artigo 8º da Instrução Normativa n.º 103 de 30 de abril de 2007, salvo outra exigência prevista em regulamentação superveniente), tratando-se de Microempresa (ME) e Empresa de Pequeno Porte (EPP) e que deseje fazer uso do direito da Lei Complementar n.º 123/06 de 14/12/2006.

4.1.5. Atestado original da visita técnica expedido pela Secretaria de Obras ou Declaração feita pela proponente, conforme item 3.6;

4.2. REGULARIDADE FISCAL

4.2.1. Comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

4.2.2. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver relativo o domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto deste edital.

4.2.3. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal (Certidão Quanto à Dívida Ativa da União e de Quitação de Tributos e Contribuições Federais), abrangendo inclusive as contribuições sociais (INSS);

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

4.2.4. Certidão de regularidade para com a Fazenda Municipal (contendo no mínimo regularidade para os tributos mobiliários);

4.2.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT);

4.2.6. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação, em obediência a Lei Complementar 123/06 e suas posteriores alterações.

4.3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA

4.3.1. Comprovação da Proponente possuir Patrimônio Líquido registrado no respectivo órgão competente até a data desta licitação de no mínimo **R\$ 777.958,34** (setecentos e setenta e sete mil, novecentos e cinquenta e oito reais e trinta e quatro centavos), correspondente à 10% do valor máximo estimado da contratação, conforme disposto no parágrafo 3º, artigo 31, da Lei Federal nº 8666/93 com suas alterações.

4.3.2. Balanço patrimonial e demonstração do resultado do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da licitante, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios.

4.3.2.1. No caso de sociedades por ações o balanço poderá ser apresentado apenas por sua publicação em jornal na forma prevista em lei.

4.3.2.2. O balanço patrimonial das demais empresas deverá ser o transcrito no "Livro Diário", acompanhados de seus respectivos Termos de Abertura e Encerramento, os quais deverão estar registrados nos Órgãos oficiais competentes.

4.4.1. Certidão negativa de falência ou recuperação judicial expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, com data não superior a 90 (noventa) dias da data limite para recebimento das propostas, se outro prazo não constar do documento;

4.4.1.1. Será aceita a participação de empresas em recuperação judicial que já estiverem com o Plano de Recuperação aprovado e homologado judicialmente e em pleno vigor, sem prejuízo do atendimento a todos os requisitos de habilitação econômico-financeira estabelecidos neste edital. (Conforme Súmula nº 50 do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo).

4.4.2. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Corrente (ILC), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem 4.3.2, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$ILC = (AC / PC)$$

Onde:

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante

4.4.3. Apresentação do cálculo do Índice de Liquidez Geral (ILG), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem 4.3.2, demonstrando possuir índice igual ou maior que 1,00 (um vírgula zero). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$ILG = [(AC + RLP) / (PC + ELP)]$$

Onde:

AC = Ativo Circulante
PC = Passivo Circulante
RLP = Realizável a Longo Prazo
ELP = Exigível a Longo Prazo

4.4.4. Apresentação do cálculo do Grau de Endividamento (GEN), utilizando os dados do Balanço Patrimonial referido no subitem 4.3.2, demonstrando possuir índice menor ou igual a 0,50 (zero vírgula cinquenta). O cálculo deverá ser efetuado pela Proponente segundo a fórmula abaixo e até a segunda casa decimal, arredondando-se a segunda casa para mais, sempre que a terceira casa for igual ou maior que 5 (cinco):

$$GEN = [(PC + ELP) / AT]$$

Onde:

PC = Passivo Circulante
ELP = Exigível a Longo Prazo
AT = Ativo Total

4.5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

4.5.1. Certidão atualizada de registro ou inscrição no Conselho Regional que fiscalize o exercício profissional da empresa licitante e de seus responsáveis técnicos, especialmente no CREA, Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, em ramo de atividade compatível com o objeto da licitação.

4.5.2. Atestado(s) ou certidão(ões) de Capacidade Técnica que comprove desempenho anterior de atividade pertinente e compatível com o objeto desta licitação, fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado, em nome da empresa licitante, comprovando a execução de serviços de características e complexidade.

4.5.3. Indicação do(s) Responsável(is) Técnico(s) que ficará(ã)o responsável(eis) pelos serviços objeto desta licitação.

4.5.4. Declaração que tem conhecimento dos locais onde serão executadas os serviços, de suas peculiaridades e de todos os demais elementos fornecidos pela Prefeitura não existindo nenhuma dúvida sobre o trabalho a ser executado.

4.6. DECLARAÇÕES

4.6.1. As empresas licitantes deverão **apresentar declaração**, nos termos do **Anexo VI**, sob as penas da lei, assinada pelo representante conforme segue:

a) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, ressalvado o emprego de menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, em conformidade com Inc. V do art. 27 da LF 8.666/93 acrescido pela Lei nº 9.854 de 27/10/99.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

b) que se obriga a manter durante toda a Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação deste certame.

4.7. DISPOSIÇÕES GERAIS DA HABILITAÇÃO

4.7.1. Indicação e qualificação de quem subscreve os documentos e de quem assinará o Termo de Contrato, na hipótese de adjudicação da licitação.

4.7.2. Todos os documentos apresentados para habilitação deverão ser apresentados em nome da proponente com número do CNPJ e com o endereço respectivo.

4.7.3. Se a proponente for a matriz, todos os documentos deverão estar em seu nome. Se a proponente for a filial, todos os documentos deverão estar em nome desta, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz, e os atestados de capacidade técnica, que podem ser apresentados em nome e CNPJ da matriz e/ou em nome e com o CNPJ da filial.

4.7.4. As certidões que não apresentarem em seu teor, data de validade previamente estabelecida pelo órgão expedidor, deverão ter sido expedidas até 90 (noventa) dias antes da data da sessão pública desta Concorrência Pública.

4.7.5. As fotocópias da documentação exigida poderão ser apresentadas no original, ou por qualquer processo de cópia autenticada, por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.7.6. Serão aceitas como prova de regularidade, certidões positivas com efeito de negativas que noticiem em seu corpo que os débitos estão judicialmente garantidos ou com sua exigibilidade suspensa.

4.7.6.1. Considera-se positiva com efeitos de negativa a certidão de que conste a existência de créditos não vencidos; em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora; ou cuja exigibilidade esteja suspensa por moratória, ou depósito de seu montante integral, ou reclamações e recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo ou concessão de medida liminar em mandado de segurança.

V – ENVELOPE 02 – “PROPOSTA COMERCIAL”

5.1. A Proposta de Preços deverá ser apresentada, assinada por pessoa legalmente habilitada, em envelope lacrado, identificado, em 1 (uma) via, composta com documentos originais ou cópias autenticadas, digitadas em linguagem clara e objetiva, sem erros, rasuras ou entrelinhas, contendo os elementos a seguir relacionados:

a) Índice

b) Carta de Apresentação da Proposta de Preços, assinada por pessoa legalmente habilitada em papel timbrado, o número do edital, o prazo de execução e o preço global proposto, em reais, esclarecendo que se refere ao mês do orçamento preestabelecido nesse edital.

c) A Proposta de Preços deverá conter os preços unitários e o valor global da proposta em algarismos e por extenso apurados com base nas planilhas, cujo teor respeite obrigatoriamente o Anexo IA e Anexo IB do edital, não podendo ser superiores ao constante do Anexo II (Planilha Orçamentária).

d) A proponente deverá apresentar Planilha de Preços Unitários e Global, obedecendo a ordem e sequência prevista no Anexo IB (Planilha de Preços Unitários), estando proibida a alteração de quantitativos e omissão de serviços, **sob pena de desclassificação da proposta.**

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

e) Planilha de Quantidades e Preços apresentada em impresso próprio da licitante e conforme modelo constante do anexo II. É obrigatória a apresentação de preços unitários para **TODOS** os serviços da Planilha, com no máximo duas casas decimais após a vírgula.

f) Composição de BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) adotados na composição dos preços unitários ofertados. (Anexo IV).

5.2. Validade da Proposta: não inferior a 90 (noventa) dias contados da data de sua apresentação.

5.3. A apresentação da proposta implicará no pleno conhecimento e aceitação, por parte da proponente, das condições estabelecidas neste edital e seus anexos, não podendo haver desistência de valor ofertado, sujeitando-se o proponente às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

5.4. Em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e suas alterações, as proponentes deverão apresentar suas propostas com preços em real.

5.5. As informações contidas na Proposta de Preços poderão ser mantidas pela **PMETRP**, para formação de base de dados licitatórios.

5.6. A não entrega dos envelopes no dia, hora e local estabelecidos, equivalerá à desistência da participação na concorrência.

5.7. Todos os documentos deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente, ou por servidor público, ou publicação em órgão da imprensa oficial, salvo aqueles extraídos da *internet*. Não serão aceitos documentos fotocopiados em papel termo sensível.

5.8. Os documentos deverão ser apresentados em linguagem clara, sem rasuras, emendas, entrelinhas ou ressalvas, e deverão observar as seguintes regras com relação ao idioma:

a) Todos os documentos que se relacionam a concorrência deverão ser apresentados em língua portuguesa e toda documentação será compreendida e interpretada de acordo com o referido vernáculo;

b) Todos os documentos emitidos em língua estrangeira deverão ser entregues acompanhados da tradução para língua portuguesa efetuada por tradutor juramentado e também devidamente consularizado;

c) Na eventualidade do país da empresa estrangeira ter firmado Convenção de Cooperação Judiciária em Matéria Civil, Comercial, Trabalhista e Administrativa com o Brasil, a autenticação dos documentos pelos respectivos consulados fica dispensada, devendo ser apresentada cópia autenticada da referida convenção.

5.9. A proponente arcará com todos os custos relacionados com a preparação e apresentação de sua proposta. A PMETRP, em nenhuma hipótese, será responsável por tais custos, quaisquer que sejam os procedimentos seguidos na licitação, ou os resultados desta.

5.10. Declaração da licitante, afirmando que se obriga a iniciar os serviços de manutenção ou reforma de próprios municipais com fornecimento de materiais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço, e executar os serviços no prazo máximo 30 (trinta) dias, admitida a prorrogação deste prazo desde que prévia e devidamente justificada.

VI – DO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

6.1. Cada proponente apresentar-se-á com apenas um representante que, devidamente munido de credencial, será o único admitido a intervir nas fases do procedimento licitatório, respondendo assim, para todos os efeitos, por sua representada, devendo, ainda, no ato da entrega dos envelopes, identificar-se, exibindo a carteira de identidade.

6.2. As proponentes que credenciarem representante deverão fazê-lo por escrito, com firma reconhecida e acompanhado dos documentos que comprovem os poderes do(s) outorgante(s) (conforme última alteração contratual devidamente registrada), conferindo-lhes poderes para receber intimações e, eventualmente, interpor recursos ou desistir deles.

6.3. Será realizada, primeiramente, a sessão pública para recebimento dos Envelopes nº. 1 e 2, e abertura do Envelope nº 1 – Documentos de Habilitação. Neste caso, a Comissão Permanente de Licitações poderá suspender a reunião para análise dos documentos e realizar diligências e consultas, marcando nova data e horário para prosseguimento dos trabalhos, comunicando sua decisão às proponentes.

6.4. Havendo desistência expressa de todas as proponentes em interpor recurso quanto ao resultado da Habilitação e estando presentes os representantes de todas as proponentes, proceder-se-á imediata abertura das propostas comerciais sendo as mesmas rubricadas folha a folha, pelas proponentes, na presença da Comissão Permanente de Licitações, que as autenticará com suas rubricas.

6.5. Caso não haja a abertura dos demais envelopes na primeira sessão, a Comissão Permanente de Licitação manterá em seu poder os envelopes contendo as Propostas de Preços lacradas, que deverão ser rubricados por todas as proponentes presentes na primeira sessão pública.

6.6. Os envelopes contendo as Propostas de Preços de proponente inabilitada, não retirados pelo representante na data da abertura das propostas, ficarão em poder da Comissão Permanente de Licitações, devidamente lacrados, à disposição da empresa durante 30 (trinta) dias corridos. Findo este prazo, sem que os mesmos sejam retirados pela concorrente inabilitada, este órgão não se responsabilizará pela guarda desses envelopes.

6.7. A sessão pública para abertura do Envelope nº 2, será devidamente informada às proponentes.

6.8. Da reunião para recebimento e abertura dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços, serão lavradas atas circunstanciadas, que mencionarão todas as proponentes, os documentos e as propostas apresentadas, bem como as demais ocorrências que interessem ao julgamento da licitação, as quais serão assinadas pelos membros da Comissão Permanente de Licitações e por todas as proponentes presentes.

6.9. A inversão dos documentos no interior dos envelopes, como por exemplo, a colocação da Proposta de Preços no envelope dos Documentos de Habilitação, acarretará a exclusão sumária da proponente no certame.

6.10. Todas as folhas de cada uma das vias dos Documentos de Habilitação e das Propostas de Preços deverão ser rubricadas e assinadas por um representante legal da empresa.

6.11. Se na primeira etapa da licitação, nenhuma proponente tiver seus Documentos de Habilitação aceitos, ou se na segunda etapa da licitação todas as proponentes forem desclassificadas, a Comissão Permanente de Licitações poderá fixar às proponentes o prazo de 8 dias úteis para apresentação de nova documentação, referente à cada etapa,

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

escoimada dos vícios ou irregularidades apontadas, na forma do artigo 48, §3º da Lei nº 8.666/93.

VII– JULGAMENTO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS

7.1. O julgamento desta Concorrência será efetuado pela Comissão Permanente de Licitações, em conformidade com o presente Edital, os preceitos da Lei n.º 8.666/93 e suas posteriores alterações.

7.2. A Comissão Permanente de Licitações procederá a classificação das propostas, levando-se em conta o menor preço total para o objeto, resultante da somatória dos preços constantes da Planilha Orçamentária (**Anexo II**).

7.2.1. Somente serão levadas em consideração, para efeito de julgamento, as propostas apresentadas de acordo com as exigências legais e regulamentares do presente edital.

7.3. As propostas serão classificadas pelo critério de Menor Preço, oferecido pela licitante em sua Carta Proposta.

7.4. Na eventualidade de serem encontrados erros aritméticos na Planilha de Quantidades e Preços, as devidas correções se farão admitindo-se como correto o valor do preço unitário proposto.

7.5. A análise das propostas será efetuada de acordo com os critérios estabelecidos no parágrafo 1.º, alíneas “a” e “b” do artigo 48, bem como do § 3.º do artigo 44, ambos da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores, considerando-se, como parâmetro, os valores da Planilha Orçamentária da Prefeitura.

7.6. A Comissão Permanente de Licitações, poderá notificar as licitantes para que comprovem a viabilidade de sua proposta, a compatibilidade dos preços ofertados com os preços dos insumos e salários do mercado e respectivos encargos, para o que, fixará prazo.

7.6.1. Somente do que se refere aos materiais e às instalações de sua propriedade, poderá a licitante declarar que renuncia à parcela ou à totalidade da remuneração respectiva, de acordo com o disposto no § 3.º do artigo 44 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.7. Não será considerada qualquer oferta de vantagem não prevista no Edital, nem preço ou vantagens baseados em ofertas de outros licitantes.

7.8. Não serão consideradas as propostas que se mostrarem manifestamente inexeqüíveis.

7.9. Havendo empate, a Comissão procederá da seguinte forma:

7.9.1. Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte;

7.9.2. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até 10 (dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada;

7.9.3. A Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

7.9.4. Não ocorrendo a contratação de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte, na forma do item 7.9.3, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do item 7.9.2, na ordem classificatória para o exercício do mesmo direito;

7.9.5. No caso de equivalência dos valores apresentados pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte que se encontrem no intervalo estabelecido no item 7.9.2, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquele que primeiro poderá apresentar oferta;

7.9.6. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no item 7.9, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta, originalmente vencedora do certame;

7.9.7. O disposto neste item 7.9, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte;

7.9.7.1. Não havendo a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, a Comissão, obedecido o disposto no § 2.º do artigo 3.º da Lei 8.666/93 e suas alterações, a classificação se fará por sorteio entre os participantes, em ato público.

7.10. Declarada a empresa vencedora, o presidente convidará a empresa classificada em segundo lugar para ajustar sua proposta às mesmas condições da primeira classificada. Aceita essa condição, o presidente adjudicará o objeto do certame a essas duas empresas, hipótese em que as quantidades estimadas serão divididas igualmente.

7.10.1. Caso a empresa classificada em segundo lugar não aceite o convite a que se refere o item anterior, o presidente poderá convidar as demais empresas participantes a fazer o mesmo, seguindo a ordem de classificação.

7.11. Quando todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de outras propostas, escoimadas das causas que motivaram o ato, consoante art. 48, parágrafo 3º da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

7.12. Serão desclassificadas as propostas:

7.12.1. As propostas que não atendam às exigências do ato convocatório da licitação ou as apresentadas em desacordo com a legislação vigente;

7.12.2. As propostas com preços excessivos ou manifestamente inexequíveis, nos termos do disposto no artigo 48, inciso II, e seus parágrafos, da Lei Federal 8.666/93, com a redação que lhe conferiu a Lei Federal 9.648/98, bem como, as que não atendam à exigência descrita no item 7.6;

7.12.3. As propostas que apresentem preços globais ou unitários, simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante para os quais ele renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração, nos termos do disposto no § 3.º do artigo 44 da Lei Federal n.º 8.666/93 e alterações posteriores;

7.12.4. As propostas apresentadas com borrões, rasuras, erros, entrelinhas, emendas, ressalvas ou omissões que, a critério da Comissão Permanente de Licitações, comprometam o seu conteúdo;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

7.13. Encerrada a fase de julgamento e classificação das propostas o processo será encaminhado à autoridade competente, que concordando com o julgamento, homologará a licitação, adjudicando o objeto do certame ao vencedor.

VIII - ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

8.1 A autoridade competente para homologar o presente certame, observará o resultado obtido pela Comissão Julgadora em conformidade com a classificação das propostas, obedecido o disposto no item 7.1.

8.2. Homologado o resultado da licitação, o fornecedor classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, dentro do prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório, podendo o prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado pelo fornecedor e desde que ocorra motivo justificado aceito pela administração.

8.3. É facultado à administração, quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos, convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado.

8.4. A ata de registro de preços implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, após cumpridos os requisitos de publicidade.

8.5. A recusa injustificada do fornecedor classificado em assinar a ata, dentro do prazo estabelecido neste artigo, ensejará a aplicação das penalidades legalmente estabelecidas.

8.6. A contratação com os fornecedores registrados será formalizada pelo órgão interessado por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 62 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

8.7. A existência de preços registrados não obriga a administração a contratar, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada preferência ao fornecedor registrado em igualdade de condições.

IX – PENALIDADES, ESCLARECIMENTOS, IMPUGNAÇÃO E RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. O vencedor da presente licitação, que deixar de cumprir as obrigações assumidas ou infringir qualquer dos preceitos legais, serão aplicadas as penalidades previstas em lei, bem como as previstas na Minuta de Compromisso, que faz parte integrante deste edital.

9.2. Decairá do direito de solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o presente edital o licitante que não se manifestar até o 2º (segundo) dia útil anterior a abertura dos envelopes de habilitação, o que caracterizará aceitação de todos os seus termos e condições. Qualquer manifestação posterior que venha a apontar falhas ou irregularidades que o viciariam não terá efeito de recurso perante a Administração.

9.3. Qualquer cidadão é parte legítima para impugnar edital de licitação por irregularidade na aplicação desta Lei, devendo protocolar o pedido até 5 (cinco) dias úteis antes da data fixada para a abertura dos envelopes de habilitação, devendo a Administração julgar e responder à impugnação em até 3 (três) dias úteis, sem prejuízo da faculdade prevista no § 1º do art. 113 da Lei n.º 8.666/93.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

9.4. Informações, esclarecimentos, bem como impugnações ao edital deverão ser encaminhados por escrito ao Senhor Secretário de Obras, por intermédio da COPEL, e somente serão recebidos e analisados se protocolizados na Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, no endereço indicado no preâmbulo.

9.5. Eventuais recursos administrativos deverão ser interpostos mediante petição fundamentada, constando a identificação do responsável pela empresa e a respectiva procuração, se for o caso, dirigido a autoridade competente, observando-se, para esse efeito, o rito e as disposições estabelecidas no art. 109 da Lei Federal n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações.

9.6. Dos atos da Comissão cabem recursos, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, nos casos de:

- a) Habilitação ou inabilitação do licitante;
- b) Julgamento das propostas;
- c) Anulação ou revogação da licitação;
- d) Rescisão do contrato, a que se refere o inciso I do art. 79 da Lei 8.666/93;
- e) Aplicação das penalidades de advertência, suspensão temporária ou de multa.

9.7. Interposto recurso, os demais licitantes serão comunicados e poderão contrarrazoá-lo no prazo de 05 (cinco) dias úteis, através de publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

9.8. O recurso contra a decisão de habilitação, inabilitação ou do julgamento das propostas terá efeito suspensivo.

9.9. Para efeito de contagem de prazos legais excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia do vencimento e serão considerados dias úteis aqueles em que houver expediente normal na Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires.

X - FORMA DA CONTRATAÇÃO

10.1 Os serviços serão contratados em regime de empreitada por preços unitários.

10.2 A remuneração será efetuada através dos serviços executados, entre o primeiro e o último dia de cada mês, excetuando-se apenas os casos de primeira e da última medição e respectivamente, o período da data da ordem de início dos serviços e o último dia do primeiro mês dos serviços, e o período entre o primeiro dia do último mês dos serviços ou data do seu término.

10.3 Os serviços somente poderão ser iniciados após levantamento de quantidade por próprio público das respectivas planilhas e cronograma de execução, devidamente aprovado pela fiscalização e emissão da Autorização de Início específica para cada próprio público.

10.4 Todos os serviços executados deverão estar de acordo com as normas vigentes da ABNT.

XI - CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1 As medições para efeitos de pagamento devem conter somente os serviços efetivamente executados no período de cada quinzena.

11.1.1 A critério da fiscalização, poderá ser adequado o cronograma físico-financeiro ao calendário civil, ajustando-se na primeira medição a fração do mês correspondente.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

11.2. A Prefeitura, dentro do prazo de cinco dias úteis contados da data da apresentação da medição pela empresa vencedora, deverá proceder seu exame, aprovando-o, e liberando a seguir para a empresa vencedora poder expedir as respectivas faturas.

11.3. Os pagamentos serão efetuados pela Tesouraria da Secretaria de Finanças, no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal.

11.3.1. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através do cheque nominal emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado no setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito a Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta bancária do interessado, que deverá fornecer seu número por escrito.

XII - CONDIÇÕES PARA RECEBIMENTO DO OBJETO LICITADO

12.1. Os serviços serão recebidos pelo técnico responsável pela Fiscalização, nas seguintes condições:

12.1.1. Provisoriamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita do detentor da Ata.

12.1.2. Definitivamente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso de prazo de observação que comprove a adequação da execução dos serviços nos termos da Ata.

12.1.3. A empresa vencedora é obrigada a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, as suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução da Ata.

12.1.3.1 O técnico responsável pela Fiscalização deverá exigir o cumprimento desta obrigação, durante o prazo de vigência da(s) Ordem(ns) de Serviço, até a execução total dos serviços.

XIII - DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1. Qualquer eventual subcontratação de terceiros pela empresa vencedora para execução de no máximo 20% (vinte por cento) de cada serviço deverá ser prévia e expressamente autorizada pela Secretaria de Obras da PMETRP, sendo exigida a comprovação, pela empresa subcontratada, do atendimento de TODAS as condições de habilitação da empresa vencedora.

13.2 Os serviços, não poderão sofrer paralisações, por mais de 24 (vinte e quatro) horas, em sua execução, sem justificativa aceita pela Fiscalização.

13.3 Os prepostos que não tenham comportamento adequado, a critério da Fiscalização, deverão ser substituídos em 24 (vinte e quatro) horas.

13.4 A licitante vencedora se compromete a:

13.4.1. Os materiais substituídos que não interessarem a PMETRP deverão ser retirados do local para destinação final, às expensas da licitante vencedora, observada a legislação vigente.

XIV - DISPOSIÇÕES FINAIS

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

14.1. É vedado expressamente o uso do nome, bem como de quaisquer informações ou documentos fornecidos pela Prefeitura, sem a sua prévia autorização.

14.2. É vedado expressamente o uso do nome, bem como de quaisquer informações ou documentos fornecidos pela Prefeitura, sem a sua prévia autorização.

14.3 A empresa vencedora fica obrigada a cumprir integralmente as Ordens de Serviços efetuadas pelo setor requisitante e recebidas até a data do vencimento da Ata de Registro de Preços.

14.4. A Prefeitura não se obriga utilizar a Ata de Registro de Preços, especialmente se durante a sua vigência constatar que os preços registrados estiverem superiores aos praticados no mercado, nas mesmas especificações e condições da Ata de Registro de Preços pactuados com a proponente vencedora.

14.5. A Prefeitura não assumirá qualquer responsabilidade pelo pagamento de tributos e encargos de qualquer natureza que competirem à empresa vencedora, nem se obrigará a fazer a esta restituição ou reembolso de quantias principais ou acessórias que a mesma despende com esses pagamentos.

14.6. A simples participação de uma empresa, caracterizada pelo oferecimento da proposta, implicará na sujeição das mesmas a todas as exigências e condições previstas na legislação vigente e as constantes no presente Edital, salvo impugnações apresentadas na forma da Lei.

14.7. As quantidades/serviços, objeto da presente licitação são estimadas, sendo facultada a Administração, a contratação de quantidades/serviços superiores ou inferiores ao previsto, conforme artigo 24 do Decreto Municipal n.º 5.268/03 e demais disposições legais e regulamentares incidentes.

14.8. A empresa vencedora será convocada para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da convocação, assinar o Termo de Compromisso e/ou retirar a(s) Ordem(ns) de Serviço(s) na pessoa do representante legal, ou de mandatário devidamente habilitado para tanto.

14.9. Toda a documentação pertinente à licitação será juntada ao processo, e ficará à disposição dos interessados, que poderão requerer cópias reprográficas do mesmo, mediante respectivo pagamento.

14.10. Os envelopes e demais documentos das licitantes inabilitadas ou desclassificadas ficarão à disposição das interessadas por 30 (trinta) dias, contados da homologação.

14.10.1 Decorrido esse prazo sem que sejam retirados, a PREFEITURA providenciará sua destruição.

14.11. Ao apresentar os Envelopes "1" e "2", fica subentendido que o licitante aceita, irrestritamente, todas as condições estabelecidas no presente Edital e em seus anexos.

14.12. A Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente, devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

14.13. O Licitante é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da Licitação.

14.14. É facultada à Comissão ou Autoridade Superior, em qualquer fase da Licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do Processo, vedada a inclusão posterior de documento ou Informação que deveria constar originariamente da Proposta.

14.15. No interesse da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, sem que caiba aos participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- adiada a abertura desta licitação, ou;
- alterado o edital, com fixação de novo prazo para a realização da licitação.

14.16. Os casos omissos serão soberanamente resolvidos pela Administração, de forma devidamente fundamentada.

14.17. Caso as datas previstas para realização de eventos da presente licitação sejam declaradas feriado ou ponto facultativo, e não havendo retificação de convocação, aqueles eventos serão realizados no primeiro dia útil subsequente, no mesmo local e hora, previstos independente de qualquer comunicação às empresas interessadas.

14.18. Fica eleito o foro da Comarca de Ribeirão Pires - SP para dirimir questões oriundas da presente licitação.

PARA QUE NÃO SE ALEGUE IGNORÂNCIA, VAI O PRESENTE EDITAL AFIXADO NOS LUGARES DE COSTUME, E A REFERÊNCIA PUBLICADA NO DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, 27 DE SETEMBRO DE 2019.

ADRIANO DIAS CAMPOS
Presidente COPEL

TAKAHARU YAMAUCHI
Secretário de Obras

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO IA - MODELO DE PROPOSTA E PLANILHA DE QUANTIDADES

À

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações - COPEL

Endereço: Rua Miguel Prisco, 288 – Centro – Ribeirão Pires

Concorrência Pública nº 004/19

Processo nº 5270/19

A empresa....., inscrita no CNPJ/MF sob o nº....., inscrição estadual nº....., estabelecida à Av./Rua....., nº....., bairro....., na cidade de, telefone....., fax, vem pela presente apresentar anexa sua proposta de preços para **Registro de Preços para eventual prestação de serviços de reforma nos próprios municipais ou de responsabilidade do município com a adequação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida**, conforme descrição constante do Anexo III - Memorial Descritivo, de acordo com as exigências do presente edital e do Anexo II - Planilha Orçamentária.

1 - Os preços ofertados têm como referência o prazo para pagamento em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal/Fatura. Nos preços estão inclusas todas as despesas com o fornecimento de materiais, fretes, descarregamento, mão de obra, tributos, encargos e todas as demais despesas e/ou descontos que porventura possam recair sobre os serviços.

2 - O prazo de validade da proposta é de 90 (noventa) dias, contados da abertura dos envelopes "PROPOSTA".

3 - Se obriga a iniciar os serviços de manutenção ou reforma de próprios municipais com fornecimento de materiais, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Serviço, e a executar os serviços no prazo máximo 30 (trinta) dias.

4 - Apresentamos, conforme exigido, nossos dados bancários:

NOME DO BANCO Nº

NOME DA AGÊNCIA Nº

NÚMERO DA CONTA

(L O C A L) , _____ de _____ de 2019.

(assinatura do responsável pela empresa)
Nome/Cargo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO III - MEMORIAL DESCRITIVO

OBRA: Registro de Preços para eventual prestação de serviços de reforma nos próprios municipais ou de responsabilidade do município com a adequação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

INFORMAÇÕES PRELIMINARES

Execução de serviços de recuperação dos componentes danificados, especificados no Memorial Descritivo e Planilhas Orçamentárias, no sentido de corrigir as deficiências das instalações dos referidos edifícios. Neste tipo de intervenção não ocorrerá aumento de áreas e as especificações existentes não deverão ser alteradas; também não haverá construção de equipamentos complementares tais como: quadra de esportes, zeladoria, etc.

Para a execução dos serviços constantes neste Memorial Descritivo, deverão ser observadas as normas especificadas na ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas;

No caso deste Memorial Descritivo apresentar alguma discrepância ou omissão, deverão ser observadas as normas da boa técnica, sem que isso dê origem a aditamento contratual;

Este Memorial Descritivo será parte integrante da Ata de Registro de Preços.

INFRAESTRUTURA

Os trabalhos constantes neste objeto contemplam os seguintes serviços de adequação em infraestrutura:

Muro de arrimo em rachão com argamassa de cimento;
Brocas de concreto com arranques.

SUPERESTRUTURA

Os trabalhos constantes neste objeto contemplam os seguintes serviços de adequação em superestrutura:

- c) Fornecimento e lançamento de concreto dosado $f_{ck} = 20\text{Mpa}$;
- d) Fornecimento e montagem de estrutura em aço CA 50 e CA 60;
- e) Fornecimento de laje treliçada unidirecional.

ALVENARIAS E OUTROS ELEMENTOS DIVISÓRIOS

As alvenarias de vedação a serem executadas ou demolidas, deverão obedecer orientação do técnico da Secretaria de Obras, sendo que os materiais a aplicar deverão sempre acompanhar ao existente. Outros elementos, tais como divisórias, seja em laminado, aglomerado, granilite ou painéis provisórios, deverão seguir o mesmo critério.

ELEMENTOS DE MADEIRA/COMPONENTES ESPECIAIS

Manutenção dos elementos de madeira, com substituição das partes danificadas, como portas, fechaduras, dobradiças, batentes, em todos os casos, deverão sempre ser compatíveis, assim quando os trabalhos estiverem concluídos, terão que manter igualdade

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

nas peças de forma a manter a homogeneidade do edifício, ou seja manter o padrão existente.

Substituição e/ou adequação de portas para o uso de pessoas com deficiência.

ELEMENTOS METÁLICOS/ COMPONENTES ESPECIAIS

Manutenção dos elementos metálicos, com a substituição das partes danificadas, observando, sempre o padrão existente.

Instalação de corrimãos simples e duplos em altura determinada pela Secretaria de Obras.

Instalação de barras de apoio em sanitários, vestiários e demais locais necessários.

COBERTURA

Revisão e manutenção na cobertura visando a eliminação de vazamentos e falhas. As telhas cumeeiras, águas furtadas, rufos, condutores, calhas e estruturas (madeira ou metálica) que estiverem danificados ou faltantes, deverão ser repostos, substituídos e/ou tratados adequadamente.

A estrutura da cobertura deverá ser convenientemente reforçada ou reparada quando a mesma apresentar deformações;

INSTALAÇÕES HIDRAÚLICAS E SANITÁRIAS

Reparos nas instalações hidráulicas conforme segue:

REDE DE ÁGUA FRIA

Eliminação de vazamentos em tubulações e aparelhos

Verificação de cavalete

Alimentação dos reservatórios

Substituição de velas e filtro

REDE DE ESGOTOS

Desobstrução de ramais entupidos

Limpeza de caixas de inspeção

Verificação geral do escoamento das águas servidas

Verificação dos fechos hídricos

REDE DE GÁS

Eliminação de vazamentos existentes

Verificação dos registros

Limpeza do sifão

REDE DE INCÊNDIO

Verificação das tubulações

Verificação dos registros

Verificação dos registros de recalque no passeio

Revisão dos hidrantes

APARELHOS E METAIS SANITÁRIOS

Substituição de peças danificadas

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

Instalação de vasos sanitários, mictórios e lavatórios para uso de pessoas com deficiência
Instalação e/ou substituição de torneiras, inclusive com torneiras tipo alavanca para uso de pessoas com deficiência
Instalação de porta toalhas, porta papel higiênico e saboneteira

NOTA: A execução de serviços e substituição de materiais devem atender as exigências das Normas Técnicas vigentes.

INSTALAÇÕES ELÉTRICAS

As instalações elétricas, pela importância e perigo que podem gerar quando mal utilizada e instalada, deverá estar sempre em perfeitas condições de uso e de manutenção.

Os critérios adotados deverão ser os mais rigorosos e precisos. Portanto, o atendimento às Normas Técnicas estabelecidas pela ABNT, são imprescindíveis na execução da reforma ou execução destas instalações.

ENTRADA DE ENERGIA

Verificar as condições gerais de entrada de energia (caixa, poste, tubulações, alvenarias, tampas, etc.)

QUADRO GERAL

Verificar o quadro geral e as condições de manutenção do mesmo;

QUADROS DE DISTRIBUIÇÃO

Atentar para as condições de manutenção do quadro de distribuição, principalmente na existência de tampa e sobre tampa, sendo que mesma deverá ser de metal e alanceamento dos circuitos;

ENFIAÇÃO E TUBULAÇÕES

Verificar se os fios/cabos atendem à carga e a perda considerando a distância dos quadros, e dos quadros aos pontos de luz;

APARELHOS DE ILUMINAÇÃO E TOMADAS

Verificar o funcionamento e substituir partes danificadas ou faltantes.

FORRO

Todo forro deverá ser revisado e reparado conforme o seu revestimento, podendo ser substituído, parcialmente ou em sua totalidade conforme situação encontrada;

IMPERMEABILIZAÇÃO

As lajes, vigas-calhas e rodapés de paredes que estiverem apresentando vazamentos e infiltrações, deverão ser impermeabilizados;

PISOS

Os pisos danificados, de acordo com a orientação da Fiscalização, deverão ser demolidos e refeitos, total ou parcialmente, segundo as necessidades;

Deverão ser executados rampas e patamares com inclinação determinada pela NBR 9050.

Deverão ser rebaixados pisos no passeio público ou eliminação de desníveis entre pisos com a execução de rampas.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires

Comissão Permanente de Licitações

Deverão ser instalados os pisos táteis de alerta e direcional, em ladrilho hidráulico assentes com argamassa, em pisos intertravado e em borracha sintética assentes com cola, de acordo com a determinação da fiscalização da Secretaria de Obras e NBR 16537.

VIDROS

Deverão ser substituídos os vidros quebrados ou faltantes, no mesmo padrão existente.

PINTURA

Deverá ser removida a existente que apresentar falhas ou soltura, com posterior retoque de massa e recobrimento com duas ou mais demãos, conforme a necessidade.

Para pintura em concreto ou alvenaria, em ambientes internos, deverá ser aplicado tinta látex PVA. Em ambientes externos, deverá ser aplicado tinta látex Acrílica.

Para caso de pinturas especiais, deverão ser seguidas as especificações do fabricante.

As esquadrias de madeira deverão ser lixadas e emassadas com massa própria para a sua adequada regularização e posterior pintura a óleo, esmalte sintético ou verniz, segundo a orientação da Fiscalização.

As esquadrias de ferro deverão ser lixadas e tratadas com tinta anti-ferruginosa para a posterior pintura em óleo, grafite ou esmalte sintético, segundo orientação da Fiscalização.

INFORMAÇÕES GERAIS

Considerando que os itens acima abrangem de forma genérica as etapas de uma reforma, deverão ser seguidas rigorosamente as determinações da Fiscalização.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO IV – COMPOSIÇÃO DE TAXA DE BDI

DESCRIÇÃO	%
1- Administração	
Escritório Central	
Administração local e Gerenciamento de Serviços	
Limpeza e conservação	
Material e equipamentos de escritório	
Veículos	
Outros	
2- Outras Despesas locais	
Licenças	
Emolumentos	
Taxas	
Seguros	
3- Despesas financeiras	
Capital de giro	
4- Benefício	
Lucro Bruto	
5- Outras Despesas	
Consultorias	
Honorários	
Outras	
6- IMPOSTOS:	
INSS	
COFINS	
PIS	
ISS	
7- CONTINGENCIA	
TAXA DE BDI (%)	

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO V

(Modelo Sugerido)

DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA OU EMPRESA DE PEQUENO PORTE

DECLARO, sob as penas da lei, sem prejuízo das sanções e multas previstas neste ato convocatório, que a empresa _____
(denominação da pessoa jurídica), CNPJ nº _____ é
microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do enquadramento previsto nos
incisos I e II e § 1º e 2º, bem como não possui qualquer dos impedimentos previstos nos §
4º e seguintes todos do artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006,
alterada pela Lei Complementar nº 147, de 7 de agosto de 2014, cujos termos declaro
conhecer na íntegra, estando apta, portanto, a participar do procedimento licitatório da
Concorrência Pública nº 002/2017 realizado pela Prefeitura Municipal da Estância Turística
de Ribeirão Pires.

(Local), ____ de _____ de 2019.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA
RG Nº: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO VI

(Modelo Sugerido)

DECLARAÇÃO DO DISPOSTO NO INCISO V DO ART. 27 DA LEI 8.666/93

DECLARAÇÃO

REF.: Edital Concorrência Pública nº 004/2019

(nome da empresa)_____, inscrita no CNPJ nº_____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA:

- a) para fins do disposto no Inciso V do Art. 27 da Lei nº 8666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei 9.854 de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ()
(Em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima).

- b) que se obriga a manter durante toda a Ata de Registro de Preços, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação deste certame.

(Local), ____ de _____ de 2019.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO VII – MODELO DE ATESTADO DE VISITA TÉCNICA

Ref.: CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/2019

Declaramos que a empresa _____, inscrita no CNPJ sob o n. _____ estabelecida na cidade de _____, Estado de _____, no endereço _____, telefone n. _____, fac-símile n. _____, por meio de seu representante legal, _____, portador da Carteira de Identidade n. _____, expedida pela _____, e do CPF n. _____, para fins de participação na licitação, vistoriou as instalações da Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires-SP, onde tomou conhecimento dos aspectos técnicos e das condições para a execução dos serviços, estando satisfeita com as informações e esclarecimentos obtidos na aludida visita e, plenamente capacitada a elaborar a proposta para a licitação em tela, de modo a não incorrer em omissões que jamais poderão ser alegadas em favor de eventuais pretensões de inclusão de serviços, quantitativos de material ou acréscimo dos preços.

Por ser verdade, firmamos o presente. (Local), ____ de _____ de 2019.

NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE

(NOME DA EMPRESA)

NOME DO SERVIDOR RESPONSÁVEL (OBRAS/PREFEITURA RIB. PIRES)

Cargo Completo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO VIII

(Modelo Sugerido)

DECLARAÇÃO

REF.: Edital Concorrência Pública nº 004/2019

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para os fins de direito e sob as penas da lei, em atendimento ao item 3.6 do edital, que tem conhecimento dos locais onde serão executados os serviços, de suas peculiaridades e de todos os demais elementos fornecidos pela Prefeitura, não existindo nenhuma dúvida sobre o trabalho a ser executado, bem como das demais informações disponibilizadas e dos termos e condições estabelecidos no EDITAL e na minuta de COMPROMISSO.

(Local), ____ de _____ de 2019.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO X - MINUTA DO COMPROMISSO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N.º ____/19

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º ____/19

PROCESSO DE COMPRAS N.º 5270/19

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/19

OBJETO: Registro de Preços para eventual prestação de serviços de reforma nos próprios municipais ou de responsabilidade do município com a adequação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

COMPROMISSÁRIO:

PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO: 12 (doze) meses.

VALOR: R\$.....

Aos _____ dias do mês de _____ do ano dois mil e dezenove, nas dependências da **PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES**, entidade de direito público interno, com sede no Paço Municipal, localizado na Rua Miguel Prisco n.º288, Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 46.522.967/0001-34, neste ato representada pelo Secretário de Obras, Sr. Takaharu Yamauchi, doravante denominada **CONTRATANTE**, e de outro lado, a empresa _____, estabelecida na _____, bairro, cidade, estado, CEP, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º _____.____/____-____, daqui por diante denominado **COMPROMISSÁRIO**, neste ato representada pelo Sr. _____, portador da cédula de identidade RG. n.º _____, perante as testemunhas ao final nomeadas, assinam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, declarando sujeitarem-se às normas legais vigentes e as cláusulas presentes nesta Ata.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

Cláusula Primeira - DO OBJETO

1.1. Constitui objeto da presente ata de **Registro de Preços para eventual prestação de serviços de reforma nos próprios municipais ou de responsabilidade do município com a adequação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida, conforme anexos IB e IV.**

Cláusula Segunda - DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

2.1. Os serviços compreendidos nesta Ata são os constantes da Planilha de preços unitários - Anexo II, do Edital de Pregão, e serão executados sob o regime de empreitada por preço unitário.

2.2. Todos os serviços executados deverão estar de acordo com as normas vigentes da ABNT.

2.3. O COMPROMISSÁRIO deverá apresentar junto à Secretaria de Obras, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, após o recebimento de cada ordem de Serviço, o número da Anotação de Responsabilidade Técnica (A.R.T.) do Engenheiro responsável, Preposto e Residente e cópia do recibo correspondente.

Cláusula Terceira - DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do Termo de Compromisso.

3.1.1. Durante o prazo de validade deste compromisso, o COMPROMISSÁRIO estará obrigado a executar os serviços à CONTRATANTE, sempre que por ela for exigido.

Cláusula Quarta - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. As despesas oriundas da presente licitação correrão por conta das dotações orçamentárias codificadas sob n.º:

GABINETE

3.3.90. 39.00. 04 122.0005.2.010

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

3.3.90.39.00.04.122.0009.2.109; 3.3.90.39.00.04.122.0013.2.124
3.3.90.39.00.04.122.0012.2.120; 4.4.90.51.00.04.122.0009.1.108

SECRETARIA DE FINANÇAS

3.3.90.39.00.04.122.0016.2.178

SECRETARIA DE OBRAS

3.3.90. 39.00. 04 122.0022.2.218

SECRETARIA DE SERVIÇOS URBANOS

3.3.90.39.00.15.452.0019.2.197

SECRETARIA DE SAÚDE E HIGIENE

3.3.90.39.00.10.302.0053.2.283; 3.3.90.39.00.10 302.0053.2.294;
3.3.90.39.00.10.301.0053.2.283; 3.3.90.39.00.10.305.0056.2.363;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA

3.3.90. 39.00. 08 122.0058.2.240 e 3.3.90. 39.00. 08.244.0068.2.265;
4.4.90.51.00.08.122.0058.1.241

SECRETARIA DE ESPORTES

3.3.90.39.00.27.122.0070.2.071; 3.3.90.39.00.27.811.0073.2.082
3.3.90.39.00.27.811.0073.2.085; 3.3.90.39.00.13.392.0045.2.023
3.3.90.39.00.13.392.0045.2.026; 4.4.90.51.00.15.695.0033.1.176

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL DE OURO FINO

3.3.90.39.00.15.122.0018.2.183 e 3.3.90.39.00.15.452.0019.2.198;
4.4.90.51.00.15.451.0026.1.216

SECRETARIA DE TRÂNSITO E TRANSPORTES

3.3.90.39.00.15.451.0020.2.183

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

4.4.90.51.00 12.361.0049.1.0059 e 4.4.90.51.00 12.365.0048.2.0048

Cláusula Quinta - DOS PREÇOS E REAJUSTES

5.1. Os preços registrados para a execução dos serviços e fornecimentos, especificados na Cláusula Primeira, serão aqueles constantes da Proposta e Planilha de Quantidades e Preços, apresentadas pelo COMPROMISSÁRIO, com data base correspondente à data da apresentação da proposta.

5.2. Os preços remunerarão todas as despesas com a execução do objeto, e deverão compreender todos os custos com materiais, mão-de-obra, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais despesas, constituindo-se, a qualquer título, a única e completa remuneração pela perfeita execução da Ata de Registro de Preços.

5.3. O(s) preço(s) referido(s) no item 5.1. deste termo não será(ão) objeto de atualização financeira por via da aplicação de qualquer índice de correção monetária, ou mesmo de reajuste de qualquer natureza, dentro do prazo de 12 (doze) meses.

Cláusula Sexta - DA MEDIÇÃO E PAGAMENTO

6.1. As medições serão realizadas mensalmente, pela CONTRATANTE através da fiscalização da Secretaria de Obras, ou, ainda, por empresa que vier a ser contratada por esta para gerenciamento da obra, consistindo na verificação da execução do objeto deste, de acordo com as descrições estabelecidas na Planilha de Quantidades e Preços, constante do Anexo I do Edital da Licitação.

6.1.1. A critério da Fiscalização poderá ser adequado o cronograma físico-financeiro ao calendário civil, ajustando-se na primeira fração do mês correspondente.

6.2. No processamento da medição, o COMPROMISSÁRIO deverá apresentar demonstrativo de execução dos serviços, até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao do período executado.

6.3. A CONTRATANTE disporá de até 05 (cinco) dias úteis, contados da data de apresentação da medição pelo COMPROMISSÁRIO, para examinar seu conteúdo e aprovar os serviços corretamente executados e glosar os não realizados ou realizados incorretamente ou ainda descontar eventuais valores decorrentes da aplicação de penalidades.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

6.4. Uma vez analisado e aprovado o demonstrativo ou parte dele, a CONTRATANTE notificará o COMPROMISSÁRIO de seu teor, para que emita a Nota Fiscal para pagamento;

6.5. O objeto desta Ata de Registro de Preços será fiscalizado pela CONTRATANTE, ou por terceiros contratados para tanto, com os quais serão estabelecidos todos os contatos durante sua execução.

6.6. O pagamento deverá ser realizado pela CONTRATANTE em até 30 (trinta) dias, contados da emissão da Nota Fiscal;

6.6.1. A critério da Administração, o pagamento poderá ser efetuado através de cheque nominal, emitido pela Prefeitura, que deverá ser retirado junto ao setor de Tesouraria da Secretaria de Finanças, sito na Rua Miguel Prisco, 288 – prédio do Paço Municipal, ou depositado em conta do interessado, que deverá ser fornecido pelo mesmo por escrito.

6.6.2. Para realização do pagamento o COMPROMISSÁRIO deverá apresentar à CONTRATANTE, cópia da folha de pagamento e o comprovante de regularidade junto ao INSS e FGTS, bem como os comprovantes de outros encargos trabalhistas devidamente recolhidos, quando cabíveis (COFINS, PIS, VALE TRANSPORTE, CESTA BÁSICA, CONTRIBUIÇÕES ASSISTENCIAIS), dos funcionários constantes da folha de pagamento, que efetivamente prestarem serviços à contratante, sob pena de, não o fazendo, ficarem retidos os pagamentos.

6.7. Nenhum pagamento isentará o COMPROMISSÁRIO da responsabilidade pelos serviços executados ou implicará em sua aceitação.

6.8. O COMPROMISSÁRIO será o único e exclusivo responsável pelo recolhimento dos tributos e contribuições incidentes sobre a execução da Ata de Registro de Preços.

Cláusula Sétima - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO COMPROMISSÁRIO

7.1. O COMPROMISSÁRIO obriga-se a assumir integral responsabilidade pela boa e eficiente execução dos serviços e pelo fornecimento dos materiais, de acordo com as normas técnicas vigentes e disposições do Edital, utilizando seus próprios recursos humanos materiais e equipamentos obrigando-se à:

7.1.1. Instalar, operar e manter em perfeito estado de funcionamento e segurança as suas exclusivas expensas, todos os equipamentos que compuserem o sistema, conforme orientação e supervisão da CONTRATANTE e obedecendo recomendações estabelecidas pela mesma;

7.1.2. Manter no local de execução dos serviços, o número suficiente de empregados, devidamente contratados nos termos da legislação vigente;

7.1.3. O COMPROMISSÁRIO deverá, para atender ao disposto no item 6.6.2, apresentar à CONTRATANTE, juntamente com a solicitação de aprovação da medição, relação contendo todos os nomes e números dos documentos de identidade dos funcionários que prestaram serviços no mês referente ao pagamento solicitado, para conferência pela Secretaria de Finanças do Município dos documentos apresentados, consoante determinado no item 6.6.2., previamente ao pagamento previsto no item 6.6;

7.1.4. Obrigar seus empregados a utilizarem identificação pessoal quando estiverem a serviço, nas dependências da CONTRATANTE;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

7.2. Os empregados do COMPROMISSÁRIO deverão se apresentar no trabalho devidamente uniformizados e identificados, com bom aspecto de asseio e higiene, e paramentados com os EPI's;

7.3. A ata de registro de preços será executada sob inteira responsabilidade do COMPROMISSÁRIO que utilizará seus próprios recursos humanos, materiais e equipamentos;

7.4. Em caso de subcontratação, o COMPROMISSÁRIO será o único responsável pelo perfeito cumprimento de todas as cláusulas e condições da Ata, desde que autorizado pela CONTRATANTE.

7.5. O COMPROMISSÁRIO é responsável pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado. (Art. 70 da Lei 8.666/93).

7.6. O COMPROMISSÁRIO é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução da Ata. (Art. 71 da Lei 8.666/93).

7.7. A inadimplência do COMPROMISSÁRIO, com referência aos encargos estabelecidos no item 7.6, não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto da ata de registro de preços ou restringir a regularização e o uso das obras e edificações, inclusive perante o Registro de Imóveis. (Art. 71 da Lei 8.666/93, § 1º).

7.8. O COMPROMISSÁRIO obrigará-se a manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.9. O COMPROMISSÁRIO obriga-se a cumprir e fazer cumprir as normas regulamentadoras de segurança e medicina do trabalho;

7.10. Responsabilizar-se pela manutenção dos equipamentos eventualmente colocados sob sua guarda pela CONTRATANTE;

7.11. Substituir imediatamente qualquer componente da sua equipe técnica, caso a CONTRATANTE julgue que o mesmo não esteja cumprindo satisfatoriamente o trabalho a ele atribuído;

7.12. Manter, por si e por seus profissionais, durante e após o período de vigência da referida Ata de Registro de Preços, completo sigilo sobre dados, informações e detalhes obtidos através do sistema instalado e operado pela CONTRATANTE, bem como não divulgar a terceiros quaisquer informações relacionadas com o objeto da Ata de Registro de Preços sem prévia autorização por escrito, respondendo civil e criminalmente pela inobservância dessas obrigações;

7.13. Submeter-se às fiscalizações levadas a efeito pela CONTRATANTE, bem como pelos órgãos fiscalizadores pertinentes, durante toda a vigência da Ata;

7.14. O COMPROMISSÁRIO obriga-se a indicar seu preposto para representá-la perante a CONTRATANTE, em tudo que se relacionar com o objeto deste Edital;

7.15. Para a execução do objeto desta Ata, o COMPROMISSÁRIO deverá observar todas as condições e normas dispostas na ordem de serviço;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

7.16. Reparar, corrigir, remover ou substituir as suas custas eventuais irregularidades, imperfeições ou defeitos constatados nos serviços executados e/ou fornecimento, até 90 (noventa) dias após o recebimento;

7.17. Responder civil e criminalmente pela segurança dos serviços e de seus empregados;

7.18. Responder em caso de paralisação não autorizada dos serviços.

7.19. Não poderá o COMPROMISSÁRIO paralisar os serviços em decorrência de retenção de pagamentos causados por ele, por desatendimento ao disposto nas cláusulas 6.6.2 e 7.1.3.

Cláusula Oitava - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Notificar o COMPROMISSÁRIO de qualquer irregularidade encontrada na execução da Ata de Registro de Preços;

8.2. Fiscalizar o mesmo, da melhor maneira que lhe convenha, podendo em decorrência solicitar, a esta, providências, a qual atenderá ou justificará de imediato;

8.3. Oferecer instalações com condições necessárias a execução dos serviços;

8.4. Fornecer todos os esclarecimentos e informações necessárias ao fiel cumprimento da Ata de Registro de Preços;

8.5. Zelar pela boa qualidade do serviço, bem como estimular sua eficiência, receber e apurar reclamações dos usuários;

8.6. Efetuar os pagamentos de acordo com o previsto na Ata de Registro de Preços, observando criteriosamente o disposto nos itens 6.6.2 e 7.1.3.;

8.7. Aplicar as penalidades legais e contratuais cabíveis;

8.8. Indicar funcionário da CONTRATANTE para representá-la, que figurará como gestor da Ata de Registro de Preços, o qual será responsável pela fiscalização dos serviços e/ou fornecimento;

8.9. Verificar e aprovar a execução da Ata de Registro de Preços;

8.10. Emitir as ordens de serviços, incluindo as específicas, que à critério da Fiscalização sejam necessárias.

Cláusula Nona - DAS PENALIDADES

9.1. Salvo ocorrência de caso fortuito ou de força maior, devidamente justificada e comprovada, ao não cumprimento, por parte do COMPROMISSÁRIO das obrigações assumidas, ou a infringência de preceitos legais pertinentes, serão aplicadas, segundo a gravidade da falta, as multas de acordo com os termos dos artigos 86, 87 e 88 da Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações, que individualmente ou somadas, não poderão ultrapassar 10% (dez por cento) do valor do contrato.

9.1.1. Advertência, sempre que forem constatadas irregularidades de pouca gravidade, para as quais tenha o COMPROMISSÁRIO concorrido diretamente, ocorrência que será registrada no Cadastro de Fornecedores da CONTRATANTE.

9.1.2. Na hipótese de rescisão contratual, além da aplicação da multa correspondente, aplicar-se-á suspensão temporária ao direito de licitar com a Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires, bem como o impedimento de com ela contratar, pelo

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

período de até 02 (dois) anos, caso praticar quaisquer atos previstos no artigo 7º da Lei Federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002.

9.1.3. Declaração de inidoneidade, quando o COMPROMISSÁRIO deixar de cumprir as obrigações assumidas, praticando falta grave, dolosa ou culposa.

9.1.4. As multas eventualmente aplicadas serão irreversíveis, mesmo que os atos ou fatos que as originaram sejam reparados.

9.4. A aplicação das penalidades e/ou sua dispensa são de competência da Secretaria de Administração e Modernização, precedidas de manifestação do responsável, titular da unidade orçamentária, bem como do técnico responsável pela Fiscalização;

9.5. A inexecução total ou parcial do presente compromisso de execução de serviços acarretará na tomada das seguintes sanções contra o COMPROMISSÁRIO:

9.5.1. advertência;

9.5.2. multa;

9.5.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo período de até 02 (dois) anos;

9.5.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, respeitado o disposto no artigo 87, IV, da Lei n.º 8.666/93;

9.6. Será garantido ao COMPROMISSÁRIO o direito de apresentação de prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, nas hipóteses em que se tiver por cabível a aplicação das penalidades previstas neste compromisso;

9.7. O valor das multas aplicadas será deduzido do pagamento do mês de referência dos serviços executados, a que fizer jus o COMPROMISSÁRIO.

9.8. Em não havendo pagamento a ser realizado, o valor das multas será cobrado diretamente do COMPROMISSÁRIO que deverá pagá-las no prazo máximo de 3 (três) dias úteis a contar da data da notificação.

9.9. É vedado a utilização de mão de obra infantil, na execução dos serviços, considerando como tal, o uso de trabalhadores com idade inferior a 14 (quatorze) anos.

Cláusula Décima - DA RESCISÃO

10.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser rescindida pela CONTRATANTE de pleno direito, nos casos previstos pelos artigos 77 e seguintes da Lei Federal n.º 8.666/93.

10.2. A rescisão da Ata de Registro de Preços, unilateralmente, pela CONTRATANTE, acarretará as consequências previstas no art. 80, da Lei Federal n.º 8.666/93, em especial:

10.2.1. Assunção imediata do objeto da Ata de Registro de Preços, por ato próprio da CONTRATANTE, lavrando-se termo circunstanciado;

10.2.2. Ocupação e utilização dos locais, instalações, equipamentos, materiais, veículos e pessoal empregados na execução da Ata de Registro de Preços, necessários à sua continuidade, os quais serão devolvidos posteriormente;

10.2.2.1. Caso não ocorra a devolução, prevista na cláusula 10.2.2., caberá ressarcimento, mediante prévia avaliação;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

10.2.3. Responsabilização por prejuízos causados à CONTRATANTE;

10.3. A CONTRATANTE poderá assumir a execução dos serviços e/ou fornecimento independentemente da rescisão da Ata, na hipótese do COMPROMISSÁRIO não conseguir deter movimento grevista, legal ou não, que paralise ou reduza os trabalhos, por um período superior a 72 (setenta e duas) horas, podendo, após esse prazo, operar os equipamentos do COMPROMISSÁRIO com seu pessoal, por conta e risco desta.

10.4. A Ata poderá, ainda, ser rescindida pela CONTRATANTE após a conclusão, em processo administrativo, da prática de qualquer ato ilícito de natureza grave pelo COMPROMISSÁRIO, seus responsáveis ou funcionários, relacionado à execução da Ata.

Cláusula Décima Primeira - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

11.1. O objeto da Ata será recebido quando perfeitamente de acordo com as condições contratuais e demais documentos que fizerem parte do ajuste.

11.2. A Fiscalização, ao considerar o objeto da Ata concluído, comunicará o fato ao Gestor da Ata, mediante relatório circunstanciado, que servirá de base à lavratura do Termo de Recebimento Provisório.

11.3. O Termo de Recebimento Definitivo será lavrado pela Administração, mediante termo circunstanciado e assinado pelas partes, dentro do prazo de 90 (noventa) dias após o Termo de Recebimento Provisório que comprove a adequação do objeto aos termos da Ata.

11.4. A responsabilidade do COMPROMISSÁRIO pela qualidade, correção e segurança do objeto executado, subsistirá na forma da Lei, mesmo após seu Recebimento Definitivo.

Cláusula Décima Segunda - DA SEGURANÇA DO TRABALHO

12.1. O COMPROMISSÁRIO deve obedecer em seu trabalho, as determinações da Lei n.º 6514 de 22/12/77 que altera o Capítulo V Título II, regulamentado pela Portaria 3124 de 08/06/78 do Ministério do Trabalho, e as suas Normas Regulamentadoras e os Procedimentos Básicos, aplicáveis à execução específica das tarefas, conforme segue:

12.1.1. Os funcionários de sua responsabilidade, envolvidos nos trabalhos discriminados na Ata de Registro de Preços, deverão estar uniformizados com roupas profissionais, paramentados com os EPI's e portando cartões individuais de identificação (Crachás).

12.1.2. Certificar-se de que a equipe de funcionário sob sua responsabilidade possui todo o equipamento de segurança necessário ao serviço e exigir o seu uso.

12.1.3. Transmitir-lhes claramente, as Normas de Segurança aplicáveis, dedicando especial consideração à execução de tarefas fora da rotina.

12.1.4. Somente será permitido o transporte de pessoal através de veículos próprios para esse fim.

12.2. Para cumprir às normas de segurança do trabalho o COMPROMISSÁRIO deverá:

12.2.1. Instruir e esclarecer a seus funcionários sobre as medidas de segurança e precauções relativas as peculiaridades dos serviços;

12.2.2. Fazer cumprir as normas de segurança do trabalho a que estão obrigados todos os funcionários sem exceção;

12.2.3. Designar somente pessoal devidamente habilitado para a execução de cada tarefa;

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

12.2.4. Manter-se a par das alterações introduzidas nas normas de segurança do trabalho transmitindo-as a seus subordinados;

12.2.5. Estudar as causas dos acidentes e incidentes e fazer cumprir as medidas que possam evitar a sua repetição;

12.2.6. Relacionar-se continuamente com o Órgão responsável pelo serviço e com o Órgão responsável pela Segurança do Trabalho, objetivando identificar meios para aumentar o nível de segurança do trabalho.

Cláusula Décima Terceira - DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Ribeirão Pires, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais especial que seja.

E, por estarem justos e contratados, os representantes das partes assinam o presente instrumento, na presença das testemunhas abaixo, em 04 (quatro) vias, de igual teor e forma, para um só efeito.

Para efeitos obrigacionais tanto o Edital da Licitação na modalidade **CONCORRÊNCIA PÚBLICA N.º 004/19**, quanto a proposta nela adjudicada, bem como a **Ata de Registro de Preços n.º ____/19**, integram o presente compromisso de prestação de serviços, devendo seus termos e condições serem considerados como partes integrantes do presente instrumento contratual.

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, ____ DE _____ DE 2019.

TAKAHARU YAMAUCHI
Secretário de Obras

COMPROMISSÁRIO

TESTEMUNHAS:

1) _____
NOME:
RG

2) _____
NOME:
RG

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO XI

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO
(Contratos)

CONTRATANTE: _____

CONTRATADO: _____

CONTRATO Nº (DE ORIGEM): _____

OBJETO: Registro de Preços para eventual prestação de serviços de reforma nos próprios municipais ou de responsabilidade do município com a adequação de acessibilidade de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

ADVOGADO (S)/ Nº OAB: (*) _____

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

- a) o ajuste acima referido estará sujeito a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;
- b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, conforme dados abaixo indicados, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;
- c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;
- d) Qualquer alteração de endereço – residencial ou eletrônico – ou telefones de contato deverá ser comunicada pelo interessado, peticionando no processo.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

- a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;
- b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

LOCAL e DATA: _____

GESTOR DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Responsáveis que assinaram o ajuste:

Pelo CONTRATANTE:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Pela CONTRATADA:

Nome: _____

Cargo: _____

CPF: _____ RG: _____

Data de Nascimento: ____/____/____

Endereço residencial completo: _____

E-mail institucional _____

E-mail pessoal: _____

Telefone(s): _____

Assinatura: _____

Advogado:

(*) Facultativo. Indicar quando já constituído, informando, inclusive, o endereço eletrônico.

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

ANEXO XII

(Modelo Sugerido)

DECLARAÇÃO

(nome da empresa) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio do seu representante legal o (a) Sr.(a) _____, portador (a) do RG nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA sob as penas da lei, para fins de habilitação na **Concorrência Pública n.º 004/19**, promovida pela PREFEITURA DO MUNICÍPIO DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE RIBEIRÃO PIRES, que no ato da assinatura do “Termo de Compromisso”, obriga-se a firmar a declaração do Anexo I (que estabelece procedimentos de controle ambiental) do Decreto n.º 6068/09 (Anexo XV).

(Local), ____ de _____ de 2019.

CARIMBO DA PROPONENTE E ASSINATURA

Prefeitura do Município da Estância Turística de Ribeirão Pires
Comissão Permanente de Licitações

Anexo XIII

Cópia do Decreto 6068/09